

FACULDADE ÁGORA - FAG
BACHARELADO EM PSICOLOGIA

ISABELLA SÂNGELA SILVA SOUZA

**RACISMO E INFÂNCIA: O QUE A PSICOLOGIA VEM PRODUZINDO SOBRE O
TEMA?**

Campo Novo do Parecis-MT

2023

FACULDADE ÁGORA - FAG
BACHARELADO EM PSICOLOGIA

ISABELLA SÂNGELA SILVA SOUZA

**RACISMO E INFÂNCIA: O QUE A PSICOLOGIA VEM PRODUZINDO SOBRE O
TEMA?**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Bacharelado em Psicologia, da Faculdade Ágora - FAG, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Orientador: Prof. Me. Gerson Silveira Pereira.

Campo Novo do Parecis-MT

2023

FACULDADE ÁGORA - FAG
BACHARELADO EM PSICOLOGIA

Linha de Pesquisa:

SOUZA, Isabella Sângela Silva. **RACISMO E INFÂNCIA: O QUE A PSICOLOGIA VEM PRODUZINDO SOBRE O TEMA?** Artigo Científico (Trabalho de Conclusão). Faculdade Ágora – FAG. Campo Novo do Parecis – MT, 2023.

Data de defesa: 21/11/2023.

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Orientador: Prof. Me. Gerson Silveira Pereira
FAG

Membro Titular: Prof. Me. Diógenes Alexandre da Costa Lopes

Membro Titular: Prof. Me. Cristiano Furtado Scarpazza
FAG

Local:

Faculdade Ágora – FAG,
Campo Novo do Parecis – MT

DECLARAÇÃO DE AUTOR

Eu, Isabella Sângela Silva Souza, portadora da Cédula de Identidade – RG nº 2557777-8 SSP/MT e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF sob nº 026.935.571-51, DECLARO E AUTORIZO, para fins de pesquisa acadêmica, didática ou técnico-científica, que este Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado (RACISMO E INFÂNCIA: O QUE A PSICOLOGIA VEM PRODUZINDO SOBRE O TEMA?), pode ser parcialmente utilizado, desde que se faça referência à fonte e ao autor.

Autorizo, ainda, a sua publicação pela AJES, ou por quem dela receber a delegação, desde que também seja feita referência à fonte e ao autor.

Campo Novo do Parecis – MT, 29 de novembro de 2023.



Documento assinado digitalmente
ISABELLA SANGELA SILVA SOUZA
Data: 29/11/2023 08:00:53-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Isabella Sângela Silva Souza

RACISMO E INFÂNCIA: O QUE A PSICOLOGIA VEM PRODUZINDO SOBRE O TEMA?

RACISM AND CHILDHOOD: WHAT HAS PSYCHOLOGY BEEN PRODUCING ON THE SUBJECT?

*Isabella Sângela Silva Souza¹
Gerson Silveira Pereira²*

RESUMO

Levando em consideração que o racismo impacta negativamente a construção de um autoconceito positivo por parte da população negra, o presente artigo tem como objetivo investigar o que a psicologia brasileira está discutindo teoricamente a respeito dos efeitos psicológicos do racismo no processo de constituição da criança negra. Para isso, a metodologia utilizada foi do tipo revisão integrativa. A busca se deu em duas revistas da área, a saber: *Psicologia: Ciência e Profissão*, do Conselho Federal de Psicologia (CFP), e *Psicologia e Sociedade*, da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), entre os anos 2013 e 2023, utilizando os seguintes termos e suas combinações: “preconceito racial”, “infância”, “racismo” e “negro”. Diante do baixo número de publicações, as Referências Técnicas de atuação voltadas às Relações Raciais também foram utilizadas como base de dados. A procura inicial resultou em 45 trabalhos, dos quais somente 3 abordavam as questões raciais na infância, voltando-se às atitudes raciais implícitas e explícitas deste público, bem como a influência das normas sociais na expressão do racismo em crianças, no entanto, as investigações não tiveram como foco as experiências do público infantil negro. Conclui-se que, apesar de haver o reconhecimento da existência do racismo, assim como, das consequências psicológicas advindas dele e suas influências no processo de formação da identidade do sujeito negro, ainda observamos uma baixa problematização e sistematização do conhecimento a respeito das vivências da população negra, em especial sobre a relação entre o preconceito racial e o desenvolvimento das crianças negras. Além do mais, a considerável escassez de pesquisas na

¹ SOUZA, Isabella S. S. Acadêmica do Curso de Bacharelado em Psicologia da Faculdade Ágora - FAG. Campo Novo do Parecis-MT. Trabalho de Conclusão de Curso (2023). E-mail: isabella.souza.acad@faculdadeagora.edu.br

² SILVEIRA PEREIRA, Gerson. Psicólogo, mestre em Gestão Estratégica de Organizações e professor da Faculdade Ágora - FAG. Orientador. E-mail: gerson.pereira@faculdadeagora.edu.br

Psicologia, pelo menos presentes nos bancos de dados em questão, apontam o quanto ainda se faz necessário realizar tais discussões.

Palavras-chave: Infância; Preconceito racial; Racismo.

ABSTRACT

Considering that racism negatively impacts the construction of a positive self-concept by the black population, this article aims to investigate what Brazilian psychology is discussing theoretically about the psychological effects of racism in the process of constitution of the black child. For this, the methodology used was of the integrative review type. The search took place in two journals in the area, namely: *Psychology: Science and Profession*, of the Federal Council of Psychology (CFP), and *Psychology and Society*, of the Brazilian Association of Social Psychology (ABRAPSO), between the years 2013 and 2023, using the following terms and their combinations: "racial prejudice", "childhood", "racism" and "black". In view of the low number of publications, the Technical References of action focused on Race Relations were also used as a database. The initial search resulted in 45 works, of which only 3 addressed racial issues in childhood, focusing on the implicit and explicit racial attitudes of this public, as well as the influence of social norms on the expression of racism in children, however, the investigations did not focus on the experiences of black children. It is concluded that, despite the recognition of the existence of racism, as well as the psychological consequences arising from it and its influences on the process of formation of the identity of the black subject, we still observe a low problematization and systematization of knowledge about the experiences of the black population, especially about the relationship between racial prejudice and the development of black children. Moreover, the considerable scarcity of research in Psychology, at least present in the databases in question, points to how necessary it is still to carry out such discussions.

Keywords: Childhood; Racial prejudice; Racism.

INTRODUÇÃO

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNADC) realizada pelo IBGE (2022), a população negra compreende 55,9% da população brasileira, categoria que

compreende pessoas que se autodeclaram pardas ou pretas. Além disso, é o grupo que apresenta maiores índices de desigualdade social e econômica no Brasil (IBGE, 2021). No entanto, pesquisa realizada pelo Instituto de Referência Negra Peregum (IRNP, 2023), aponta que 81% dos brasileiros concordam que o país é racista, porém somente 11% afirmam terem atitudes discriminatórias, ou seja, apesar de reconhecerem as práticas racistas, grande parte dos brasileiros não se consideram preconceituosos.

A palavra “preconceito” pode ser definida pelo dicionário Michaelis, como “um conceito ou opinião formados antes de se ter os conhecimentos necessários sobre um determinado assunto”, bem como, “uma atitude emocionalmente condicionada, baseada em crença, opinião ou generalização, determinando simpatia ou antipatia para com indivíduos ou grupos” (MICHAELIS, 2015). Dessa forma, podemos compreender o preconceito racial como um julgamento alicerçado em estereótipos sobre indivíduos pertencentes a um grupo racializado, podendo ou não resultar em práticas discriminatórias (ALMEIDA, 2019).

De modo geral, podemos definir “discriminação” como sendo a conduta de segregar ou de não aceitar uma pessoa ou um grupo de pessoas devido características como cor da pele, sexo, idade, credo religioso, trabalho, convicção política, etc. (MICHAELIS, 2015). À vista disso, é possível entendermos a discriminação racial como “a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados” (ALMEIDA, 2019), isto é, quando uma dada parcela da população se torna alvo de expressões, comentários e/ou afirmações estereotipadas, bem como tem suas características próprias desconsideradas.

Enquanto isso, o racismo pode ser compreendido como uma ideologia ampla, sistêmica, complexa e violenta, que está presente nos mais diversos contextos, se manifestando de diferentes maneira, ou seja, é uma estratégia de dominação que ordena tanto o Estado quanto cada indivíduo, estando ela apoiada na ideia de que existem raças superiores e inferiores (CFP, 2017), atingindo a população de modo geral, independentemente de sua faixa etária.

O racismo possui ligação direta com o período escravagista, em que os negros e sua cultura foram desprezados, ignorados, marginalizados, discriminados, humilhados e inferiorizados, sendo tais práticas perpetuadas ao longo do tempo, mesmo após a abolição. Dessa forma, de acordo com Moore (2015 *apud* Silva, 2016, p.14), o racismo é:

“Uma estrutura de origem histórica, que desempenha funções benéficas para um grupo, que por meio dele constrói e mantém o poder hegemônico com relação ao restante da sociedade. Esse grupo instrumentaliza o racismo através das instituições e organiza, por meio do imaginário social, uma teia de práticas de exclusão. Desse modo, preserva e amplia os privilégios sociais, o poder político e a supremacia total adquiridos historicamente e transferidos de geração a geração. Em uma sociedade já

multirracial e mestiçada, ele serviria para preservar o monopólio sobre os recursos, para o segmento racial dominante”.

No Brasil, ainda cultivamos em nosso cotidiano o mito da democracia racial, que consiste em afirmar que por sermos um país miscigenado aqui não há discriminação racial (SANTANA, 2017), logo, tais práticas racistas se dão geralmente de forma velada e as pessoas acabam não reconhecendo que estão perpetuando atos preconceituosos. Diante disso, torna-se importante nos atentarmos para os impactos psicológicos gerados por essa conjuntura, uma vez que, as relações sociais estabelecidas pelos indivíduos contribuem com seu processo de subjetivação.

De acordo com Silva (2004 *apud* SILVA, 2016, p.11), o racismo altera os processos de subjetivação e o autoconceito da pessoa negra, que passa a desvalorizar sua autoimagem, provocando assim um sentimento de inferioridade. Vale destacar que, a subjetividade do indivíduo vem sendo formada desde a infância, logo, uma sociedade estruturalmente racista produz estereótipos que colocam a criança negra em um contexto aversivo e excludente, que gera em si sentimentos de medo, rejeição e baixa autoestima. Sendo assim, “os efeitos psicológicos que o racismo provoca moldam a conduta e a maneira como esses indivíduos pensam, produzem e sentem” (FERNANDES, 2018).

Portanto, o racismo no país vem sendo construído socio-historicamente e está atrelado ao preconceito e a discriminação racial, trazendo em seu arcabouço prejuízos à população negra independentemente de sua fase no ciclo vital, sua camada social ou moradia. Além disso, é constantemente reforçado e mantido pela cultura, influenciando tanto a vida do sujeito, como a forma com que as instituições se organizam, tal qual as relações interpessoais (LOPES; QUINTILIANO, 2007 *apud* EURICO, 2022, p. 63).

Diante disso, torna-se importante buscarmos compreender seus impactos na formação do sujeito desde a mais tenra idade, assim como o papel da psicologia no desvelamento de tais preconceitos, tendo em vista seu compromisso ético com a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (CFP, 2005). Sendo assim, buscou-se com a presente pesquisa investigar como a psicologia brasileira vem abordando a questão do racismo, especialmente no que diz respeito aos impactos deste na infância de crianças negras e, com isso, posicioná-la no debate antirracista.

Cumprе salientar que, no Brasil ainda não há um consenso exato a respeito da utilização dos termos “negro” e “preto”, ou seja, em um dado momento enfatiza-se o primeiro em outros o segundo, mas, independentemente do escolhido, observa-se uma busca em ressignificá-los

positivamente. Diante disso, segundo Cristiano Rodrigues, os termos podem ser considerados intercambiáveis (MARTINS; CRUZ, 2020). Porém, no decorrer desta pesquisa será empregado o termo “negro”, levando em consideração o padrão de classificação adotado pelo IBGE, que reúne pretos e pardos em um mesmo grupo.

METODOLOGIA

A presente pesquisa trata-se de uma revisão integrativa, sendo esta realizada em seis etapas: elaboração da pergunta norteadora, busca ou amostragem na literatura, coleta de dados, análise crítica dos estudos incluídos, interpretação e síntese dos resultados e apresentação da revisão (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010). Para tanto, a questão que norteou essa pesquisa foi: O que a psicologia brasileira está discutindo a respeito dos efeitos psicológicos do racismo no processo de constituição da criança negra?

Diante disso foi realizada uma busca em duas revistas da área, sendo elas a revista *Psicologia: Ciência e Profissão*, do Conselho Federal de Psicologia (CFP), e a *Psicologia e Sociedade*, da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), além destas, visando complementar a busca, as referências técnicas voltadas às relações raciais também foram utilizadas como base de dados.

Nas duas primeiras, foram empregados os seguintes descritores gerais e suas combinações: “preconceito racial”, “infância”, “racismo”, “negro”. Já na última buscou-se por artigos que se propunham a discutir o racismo na infância. Em relação aos critérios de inclusão foram levados em consideração: os trabalhos disponíveis no idioma português, publicados entre os anos de 2013 e 2023 e que contivessem dados sobre os desdobramentos do racismo durante a infância de crianças negras.

Após a busca nas bases de dados, procedeu-se a leitura dos títulos, palavras-chave e resumo, sendo excluídas as publicações em língua estrangeira, publicadas antes de 2013 e que não abordassem a relação entre racismo e infância. Cumpre salientar que, o objetivo inicial era buscar somente por artigos científicos, porém abriu-se exceção para as publicações referenciadas no documento técnico, no caso, teses e dissertações, devido à notável escassez de publicações que contemplassem a temática.

A PSICOLOGIA BRASILEIRA E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

O racismo enquanto fenômeno está presente na conjuntura brasileira desde a época da escravidão, mas foi somente a partir do século XIX que começou a se voltar a esfera científica. Essa mudança se baseou nas teorias raciais trazidas da Europa, que se baseavam no evolucionismo ou darwinismo social, que compreendiam os seres humanos como seres naturalmente desiguais devido às diferentes aptidões inatas que faziam de uns superiores e outros inferiores (SANTOS; SCHUCMAN; MARTINS, 2012). Nesta linha de pensamento, podemos citar os trabalhos do médico Raimundo Nina Rodrigues.

Diante disso, podemos considerar o racismo como:

“uma ideologia que postula a divisão da humanidade em raças que possuem características físicas hereditárias em comuns, sendo estas os suportes dos aspectos psicológicos, morais, intelectuais e estéticos, ou seja, é essa tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo são consequências diretas de suas características físicas ou biológicas” (MUNANGA, 2003).

Cumprido salientar que, nesse primeiro momento, raça era compreendida a partir de um arcabouço biológico, porém, com o passar do tempo foi-se observando não haver diferenças genéticas entre pretos e brancos, ou seja, biologicamente não há raça (CFP, 2017). Dessa forma, este conceito passou a ser compreendido como uma construção social, que, segundo Munanga (2003), é também uma categoria de dominação e exclusão, logo, é por meio desta construção que o racismo se manifesta de diferentes maneiras nos mais diversos locais.

A partir da década de 1930, observa-se uma discussão a respeito do processo de miscigenação, atrelada a uma ideologia de embranquecimento, que buscava diminuir o número de negros no país e deixá-los mais brancos. Sendo assim, “a ideologia de que a mestiçagem poderia ser uma forma de melhorar a descendência étnica do povo brasileiro, auxiliou a construir, no Brasil pós-abolição, o mito da democracia racial” (PINTO; FERREIRA, 2014).

É válido ressaltar que, democracia racial consiste na ideia de que há no país uma convivência harmoniosa entre brancos e negros, que usufruem de oportunidades iguais, o que se mostra ser uma falácia (CFP, 2017). Além disso, houve também uma mudança de paradigma, pois os intelectuais da época começaram a criticar o modelo de determinismo biológico e passaram a compreender que fatores ambientais, como as condições econômicas, sociais e educacionais, poderiam explicar as diferenças entre raças e, conseqüentemente, as desigualdades (SANTOS; SCHUCMAN; MARTINS, 2012).

Seguindo a evolução dos debates sobre a questão étnico-racial no Brasil, a partir da década de 1980 viu-se emergir novos estudos, pautados na concepção de raça como constructo

social, o que levou a psicologia a pensar o fenômeno do racismo a partir de um viés psicossocial e não mais psicologizante como vinha sendo, ou seja, passou a considerar que a discriminação era fruto das relações de poder estabelecidas entre os grupos e não algo oriundo do sujeito em si, algo exclusivamente de sua responsabilidade (SCHUCMAN; MARTINS, 2017).

Com isso, a psicologia foi, de certa forma, intimada a pensar as desigualdades sociais, políticas e raciais visando desnaturalizá-las (SCHUCMAN; MARTINS, 2017), algo impulsionado também pelos movimentos sociais, como o Movimento Negro, que desde sua origem tem sido um dos principais responsáveis pela superação do racismo. Tal influência foi, e ainda é, tão significativa que, em 1990, criou-se o Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT) e, em 1995, o Instituto AMMA Psique e Negritude, que são até hoje cruciais para mediar a relação entre o movimento social organizado e a categoria de psicólogos (CFP, 2017).

Ademais, o livro *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*, escrito pela psicanalista Neusa Santos Souza e publicado em 1983, é considerado um marco na discussão contemporânea e analítica sobre o racismo, a identidade negra e o sofrimento psíquico (CFP, 2017). Além deste, a publicação do livro *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*, de autoria das psicólogas Iray Carone e Maria Aparecida Silva Bento, também é crucial, pois traz uma nova compreensão das desigualdades raciais no país, realocando o foco das pesquisas para as relações de poder e para o branco e a branquitude (SCHUCMAN; MARTINS, 2017).

Podemos apontar assim que, é a partir da articulação entre o Instituto AMMA Psique e Negritude e o CEERT que os psicólogos foram pressionados a se posicionar a favor da luta antirracista, o que contribuiu com uma gama de reflexões na área e levou a publicação da Resolução nº 18/2002, que estabelece às normas de atuação para as(os) psicólogas(os) em relação ao preconceito e à discriminação racial (CFP, 2002). Sendo assim, tais ações podem ser consideradas inaugurais no que diz respeito a criação de eventos, grupos de trabalho e atividades de formação e sensibilização sobre as relações raciais e o racismo dentro da psicologia, movimento que veio se iniciando em 1980 (SCHUCMAN; MARTINS, 2017).

Diante disso, foi possível observar que inicialmente a área psicológica costumava ser cúmplice e repercutir o racismo, por meio da propagação de conhecimentos pautados em teorias raciais eurocêntricas, porém se viu convocada a mudar tais perspectivas e reconhecer que as discriminações não partiam de características exclusivas do sujeito, de cunho inato, mas sim que advinham das dinâmicas de poder presentes na sociedade. No entanto, apesar de seu avanço

nas discussões sobre a temática racial, ainda se nota um certo silenciamento em suas produções acadêmicas, principalmente voltadas ao contexto infantil.

SUBJETIVAÇÃO DO RACISMO

Na transição para o Brasil república, o país encontrava-se imerso em uma política de branqueamento que, baseada nas teorias raciais da época, objetivava extinguir a população negra e sua cultura por meio da miscigenação, que outrora era vista de forma negativa, mas precisou de uma nova roupagem dada às necessidades políticas da época. Com isso, o negro passou a ter que se tornar branco, uma vez que branquear era tido como garantia de sucesso para a Nação (MAIA; ZAMORA, 2019). Algo ainda observado no imaginário social atual e que influencia o processo de subjetivação de toda a população, seja ela negra ou branca.

Tal ideologia produz um contexto em que o branco é tido como o “padrão ouro” de qualidade, responsável por ditar o que é “bom”, “bonito”, “justo” e “verdadeiro” e como as pessoas devem ser para fazerem parte da sociedade, bem como para ocuparem determinados lugares nesta, logo, para serem aceitos no convívio com brancos, o negro teve que embranquecer hábitos, linguagem, vestimentas, comportamentos (MAIA; ZAMORA, 2019). Diante disso, o negro é aquele que nasce e sobrevive imerso nessa ideologia imposta pelo branco e a toma como ideal a ser atingido, assegurando assim a necessidade de realizar esse modelo (SOUZA, 1983).

Com isso, desde a infância o sujeito inicia uma busca pelo ideal branco, assim, nega e rejeita quaisquer características que o remeta ao ser negro, o que, conseqüentemente, vem a gerar uma maior insatisfação consigo, bem como uma relação persecutória com seu corpo, visto que este se mostra como um obstáculo a obtenção da “identidade branca” (SOARES, 2011). Frente a impossibilidade de realizar o ideal, Souza (1983) aponta que o negro se vê diante de duas alternativas: sucumbir às punições do Superego, o que leva ao sentimento de culpa e inferioridade, insegurança e angústia, ou lutar em busca de novas saídas, isto é, novos objetos de desejo que possam substituir o ideal irrealizável.

Vale destacar que, as relações estabelecidas consigo, com o outro e com o ambiente circundante influenciam a formação da identidade do sujeito, logo, a inserção em uma trama social estigmatizante culmina no desenvolvimento de um autoconceito negativo, fazendo assim com que o negro negue a si mesmo, sua cor e suas características fenotípicas (PINTO;

FERREIRA, 2014), dessa forma, o negro, em busca do embranquecimento, deseja, nada mais e nada menos, que sua própria extinção (SOUZA, 1983).

Durante o processo de socialização a criança assimila e internaliza, em seu mundo simbólico, valores, crenças e padrões de comportamento estigmatizados através das relações sociais (FERREIRA; CAMARGO, 2011), o que influencia em sua forma de enxergar e se relacionar com o mundo. Segundo Berger e Luckmann (2004 *apud* MOREIRA PRIMO, 2020, p.96), a socialização se dá em dois níveis: primário e secundário. No primário, a criança é inserida na trama social através da família e interioriza os ensinamentos transmitidos pelos pais, já no secundário, esta é inserida em outros contextos, como a escola, e passa a assimilar também conhecimentos provindos da sociedade geral (PRIMO, 2020).

A escola é tida como fundamental para a construção da identidade do sujeito, porém é também o local em que a discriminação e o preconceito se desenvolvem e são constantemente alimentados, uma vez que reflete os processos sociais presentes na sociedade (FERREIRA; CAMARGO, 2011). É habitual observar no contexto educacional, a população negra ser representada, nos murais, desenhos, atividades e livros didáticos, de forma estereotipada e caricata, além de comumente ser associada a escravidão (MUNANGA, 2005 *apud* MOREIRA PRIMO, 2020, p.46).

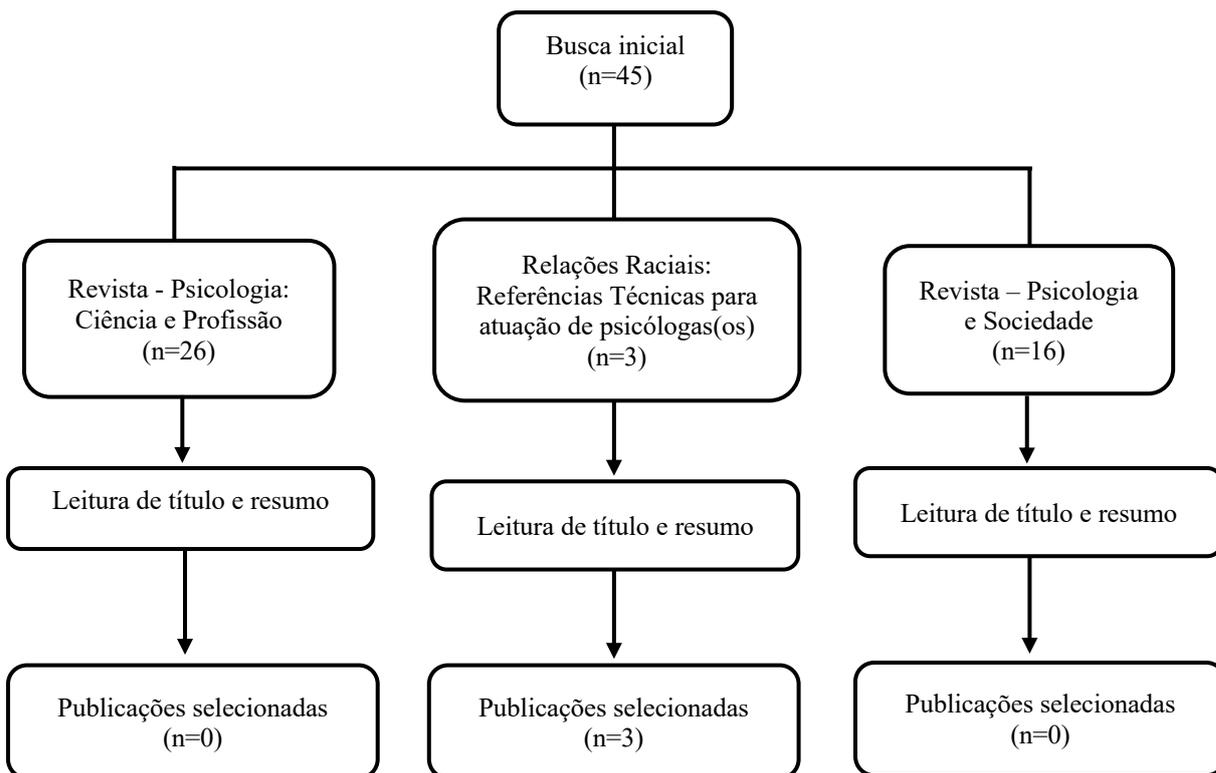
Esta conjuntura atinge a construção da identidade racial da criança negra, que tendem a criar um autoconceito negativo e a desenvolver baixa autoestima (PRIMO, 2020). Dessa forma, podemos compreender que o racismo à brasileira possui em caráter sutil e eficaz de mostrar ao negro que este não pode se sentir inteiro e digno de existir, visto que o contexto social comumente sinaliza que a cor de pele que possui não é bem-vinda ao mundo (MAIA; ZAMORA, 2019).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Entre os anos de 2013 e 2023 foram publicados 965 artigos na revista *Psicologia: Ciência e Profissão*. A partir do uso dos descritores escolhidos este número foi reduzido para 26, destes nenhum trabalho contemplou os objetivos da presente pesquisa. Já na revista *Psicologia e Sociedade* os resultados não foram muito diferentes, de 562 artigos publicados neste mesmo período, 16 trabalhos contemplaram os descritores, porém nenhum se relacionou diretamente com a temática em questão (figura 1).

Enquanto isso, a pesquisa realizada nas referências técnicas resultou em 3 publicações, sendo duas dissertações e uma tese, que se relacionaram ao tema (quadro 1). Cumpre salientar que, mesmo não contemplando especificamente o desdobramento do racismo na infância, alguns dos artigos encontrados se mostraram relevantes para a construção dessa pesquisa.

Figura 1. Fluxograma de busca



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Quadro 1. Relação de publicações que contemplaram os critérios de inclusão

Autores/Ano	Título	Base de dados	Modalidade
SILVA, Khalil da C. (2014)	Normas sociais e expressões do racismo em crianças	Site do CFP	Dissertação
HUBER, Tayane N. (2015)	Normas sociais e racismo em crianças arcajuanas de 5 a 8 anos de idade	Site do CFP	Dissertação
SACCO, Airi M. (2015)	Orgulho e preconceito: o desenvolvimento de atitudes raciais implícitas e explícitas em crianças de Porto Alegre e Salvador	Site do CFP	Tese

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

A partir dos resultados obtidos é possível verificar a escassez de produções teóricas na psicologia, no que diz respeito aos desdobramentos do racismo no desenvolvimento de crianças negras, contexto já observado por Sacco, Couto e Koller (2016), que além de notarem tal defasagem nos estudos sobre preconceito racial na infância, verificaram também a baixa produção de pesquisas a respeito do preconceito racial de forma geral. As autoras constataram ainda que duas das revistas que mais realizaram publicações sobre a temática foram justamente a de *Psicologia: Ciência e Profissão* e a de *Psicologia e Sociedade* (SACCO; COUTO; KOLLER, 2016), no entanto, dado nosso recorte temporal e descritores específicos, grande parte destes trabalhos não apareceram.

Diante disso, foi possível verificar que, no intervalo de 11 anos, dentro do banco de dados aqui escolhido, as publicações se voltaram aos impactos do racismo na vida de mulheres negras e de jovens universitários ou não, bem como no debate sobre as cotas raciais, violência policial e a ligação entre psicologia e relações étnico-raciais, por exemplo. Nota-se que, apesar de alguns trabalhos (ALENCAR; SILVA, 2021; SANTOS *et al*, 2023) apontarem em um dado momento que o preconceito racial traz consequências negativas desde a infância, nenhum se debruça sobre a temática.

Cumprе salientar que, com base em nossos resultados, as investigações sobre as questões raciais na infância se dirigem ao desenvolvimento de atitudes raciais implícitas e explícitas em crianças (SACCO, 2015) e a influência das normas sociais na expressão do preconceito racial em crianças de 5 a 12 anos (SILVA, 2014; HUBER, 2015), sendo tais pesquisas majoritariamente realizadas com crianças brancas, tanto que dos três trabalhos somente o primeiro incluiu as pretas e pardas.

Ademais, as primeiras autoras observaram que o desenvolvimento de atitudes raciais em crianças é um fenômeno complexo e pouco estudado em nosso país, sendo os estudos basicamente voltados às atitudes explícitas, além disso, são comumente realizados com adultos. Observaram também que, crianças pequenas no geral expressam preferência explícita por brancos, diferente das mais velhas, que já introjetaram as normas sociais e, com isso, conseguem “filtrar” suas respostas para algo socialmente desejado (SACCO, 2015).

Similarmente, a respeito das normas sociais, antes dos 7 anos as crianças já conseguem discernir o que é moralmente correto e aceito, logo, expressam comportamentos baseados nas regras assimiladas (HUBER, 2015). Sendo assim, Sacco (2015) verificou a necessidade de investigar as atitudes implícitas que começam a ser moldadas desde cedo e se perpetuam no decorrer de suas vidas, afetando assim o comportamento humano. Aliás, se faz importante

apontar que outros estudos relevantes sobre a temática podem ter sido realizados, porém não foram aqui contemplados.

Para mais, apesar do processo investigativo das referidas autoras não ter sido realizado especificamente com crianças negras, foi importante o público infantil participar direta e ativamente das pesquisas, visto que para compreendermos as implicações do racismo em suas vidas, bem como suas raízes, é imprescindível que ouçamos suas vozes, pois estes também são atores sociais, ou seja, são tanto moldados pelo ambiente em que estão inseridos quanto o moldam.

Na literatura podemos observar o reconhecimento da existência do racismo, assim como, as consequências psicológicas advindas dele e suas influências no processo de formação da identidade do sujeito negro, no entanto, mesmo diante desse cenário, ainda há uma falta de problematização e sistematização do conhecimento a respeito das vivências da população negra, em especial sobre a relação entre o preconceito racial e o desenvolvimento das crianças negras. Cumpre salientar que, o Brasil é constituído predominantemente por negros (IBGE, 2022), porém parece haver uma falta de interesse em discutir sobre as relações étnico-raciais, como se não fosse um assunto importante.

Segundo Schucman e Martins (2017), a partir da década de 1980, a psicologia foi convidada a repensar o fenômeno do racismo e das relações raciais por um viés psicossocial e não mais psicologizante como vinha fazendo, algo alimentado pelos movimentos sociais, como o Movimento Negro, que desde o início visa a superação do racismo. No entanto, ainda há um grande silenciamento dentro da categoria, o que pode ser observado desde o processo de formação do psicólogo, visto que nas grades curriculares ou disciplinas dos cursos de psicologia raramente são encontradas menções ao tema do racismo e das relações raciais (CFP, 2017), reforçando assim tal conjuntura.

Em consonância com esse pensamento, o CFP (2017), aponta que:

Ao deixar de dispor de seu arsenal, ao silenciar essas temáticas em suas produções acadêmicas, ao não acolher seus efeitos diante de demandas repetidamente escancaradas e ignoradas, omite-se de participar do enfrentamento político daquelas modalidades de violência, reafirmando invisível a demanda de mais da metade da população brasileira.

Diante disso, como podemos desvelar o preconceito e eliminação quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, como nos aponta o código de ética do profissional psicólogo, em seus princípios fundamentais (CFP, 2005), sem falarmos sobre ele?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou investigar o que a psicologia brasileira vem discutindo teoricamente a respeito dos efeitos psicológicos do racismo no processo de constituição da criança negra, nos últimos onze anos, bem como, compreender os possíveis impactos dessa conjuntura na formação do autoconceito e autoestima destas. Para tanto, foram verificadas as publicações de duas importantes revistas de psicologia, sendo elas a *Psicologia: Ciência e Profissão* e a *Psicologia e Sociedade*. No entanto, diante da escassez de publicações, já identificada por outros autores, utilizou-se também as Referências Técnicas voltadas às Relações Raciais, produzidas pelo CFP.

Foi possível contatar que, os estudos a respeito das relações raciais no Brasil passaram por diversas alterações desde o período pós-abolição. Inicialmente, o negro era visto a partir de uma perspectiva patologizante, como se possuísse características biológicas que justificassem considerá-lo inferior. Porém, gradativamente, as perspectivas foram modificando e as desigualdades a que estava submetido passaram a ser atreladas as dinâmicas de poder presentes no contexto em que se encontrava inserido. Diante disso, vemos também a psicologia se reposicionando nos debates e propagações de conhecimento.

Frente aos resultados obtidos, observou-se que, apesar da relevância social dos estudos sobre preconceito racial no Brasil e as possíveis contribuições que a psicologia pode oferecer para a compreensão desse fenômeno, bem como, seu posicionamento gradual no debate antirracista, o número de publicações voltadas a esse tema se mostra reduzido, e basicamente nulo, no que se refere aos efeitos deste na formação da criança, com exceção de alguns trabalhos que buscaram investigar as atitudes raciais implícitas e explícitas e a relação das normas sociais com a expressão do racismo em crianças.

Porém, tais trabalhos não são recentes e, em sua maioria, pesquisam crianças brancas, o que não anula sua importância, mas aponta uma defasagem considerável em se dirigir a essa temática e olhar para as crianças negras. A introjeção de estereótipos estigmatizantes se mostrou prejudicial a obtenção de um autoconceito positivo por parte da população negra, o que demonstra a necessidade de maiores investigações sobre como isso é assimilado pelo sujeito e quais as estratégias de enfrentamento desenvolvidas por eles. Vale destacar que, essa lacuna teórica impacta também a capacitação profissional e, conseqüentemente, as intervenções psicológicas.

Esta investigação tem como limitação o fato de ter considerado majoritariamente artigos científicos, não se voltando de modo geral as teses e dissertações produzidas no país, com exceção das encontradas na Referência Técnica, por exemplo. Além disso, os descritores escolhidos podem não ter contemplado alguns trabalhos, porém, tais limitações não inviabilizam os resultados encontrados ou a relevância desta pesquisa. Ainda que os resultados corroborem com o de outras análises realizadas, espera-se que esse cenário mude e que a psicologia se disponha a discutir mais sobre o tema, sistematizando conhecimentos que colaborem com uma formação profissional mais qualificada para tratar as demandas da população negra, seja ela adulta ou infantil.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Ana Verônica de; SILVA, Edil Ferreira da. Revisão Sistemática sobre Trabalho, Racismo e Sofrimento Psíquico no Contexto Brasileiro. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003191716>. Acesso em: 26 ago. 2023.

ALMEIDA, Silvio L. de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro - Pólen, 2019.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Relações raciais: Referências técnicas para atuação de psicólogos/os**. Brasília: CFP, 2017. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2017/09/relacoes_raciais_web.pdf. Acesso em: 28 mar. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Resolução CFP nº 018/2002, de 19 de dezembro de 2002**. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial. Brasília: CFP, 2002. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2002/12/resolucao2002_18.PDF. Acesso em: 08 set. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Resolução CFP nº 010/2005**. Código de Ética Profissional do Psicólogo, XIII Plenário. Brasília: CFP, 2005. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>. Acesso em: 08 set. 2023.

EURICO, Márcia C. **Racismo na infância**. São Paulo: Cortez, 2022. *[E-book]*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555552621/>. Acesso em: 30 set. 2023.

FERNANDES, Nathaly C. **Racismo na infância: impactos psicológicos**. Maringá: VII Congresso Internacional de Psicologia UEM, 2018. Disponível em: https://npd.uem.br/eventos/assets/uploads/files/evt/6/trabalhos/6_14_1523805096.pdf. Acesso em: 14 fev. 2023.

FERREIRA, Ricardo F.; CAMARGO, Amilton C. **As Relações Cotidianas e a Construção da Identidade Negra. Psicologia: ciência e profissão**, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932011000200013>. Acesso em: 30 set. 2023.

HUBER, Tayane N. **Normas sociais e racismo em crianças aracajuanas de 5 a 8 anos de idade**. 2015. 79 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pós-Graduação e Pesquisa em Psicologia Social, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/5950>. Acesso em: 03 set. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. Brasil, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca.html>. Acesso em: 26 set. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Brasil, 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6408#resultado>. Acesso em: 26 set. 2023.

INSTITUTO DE REFERÊNCIA NEGRA PEREGUM (IRNP). **Pesquisa “Percepções sobre o racismo” do Instituto de Referência Negra Peregum e Projeto Seta é divulgada na imprensa nacional**. São Paulo: IRPN, 2023. Disponível em: <https://peregum.org.br/2023/08/02/pesquisa-percepcoes-sobre-o-racismo-do-instituto-de-referencia-negra-peregum-e-projeto-seta-e-divulgada-na-imprensa-nacional/>. Acesso em: 26 set. 2023.

MAIA, Kenia S.; ZAMORA, Maria Helena. **Nascer e crescer negro no país do branqueamento: os efeitos do racismo na subjetividade infantil**. 2019. 140f. Tese de Doutorado - Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/46588/46588.PDF>. Acesso em: 30 set. 2023.

MARTINS, Humberto; CRUZ, Márcia M. **Negro ou preto? Lideranças negras refletem sobre o uso dos termos ao longo da história**. *Jornal Estado de Minas* [on-line], Minas Gerais, 20 nov. 2020. Gerais. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/11/20/interna_gerais,1208016/negro-ou-preto-liderancas-negras-refletem-sobre-o-uso-dos-termos-ao-l.shtml. Acesso em: 18 out. 2023.

MICHAELIS. **Moderno dicionário da língua portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 2015. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/>. Acesso em: 03 maio. 2023.

MOREIRA PRIMO, Ueliton S. **Experiências de racismo e o desenvolvimento da identidade étnico-racial em crianças negras e brancas**. 2020. 145f. Tese de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Sergipe, 2020. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/14508>. Acesso em: 04 out. 2023.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia** [Apresentação de trabalho]. Niterói: 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação, 2003. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp->

content/uploads/2009/09/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoes-de-raca-racismo-dentidade-e-etnia.pdf. Acesso em: 05 set. 2023.

PINTO, Márcia C. C.; FERREIRA, Ricardo F. **Relações Raciais No Brasil e a Construção Da Identidade Da Pessoa Negra**. Pesquisas e Práticas Psicossociais (PPP), São João del-Rei, 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082014000200011. Acesso em: 04 set. 2023.

SACCO, Airi M. **Orgulho e preconceito: O desenvolvimento de atitudes raciais implícitas e explícitas em crianças de Porto Alegre e Salvador**. 2015. 160f. Tese de Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/134432>. Acesso em: 09 set. 2023.

SACCO, Airi M.; COUTO, Maria Clara P. de P.; KOLLER, Sílvia H. **Revisão sistemática de estudos da psicologia brasileira sobre preconceito racial**. Temas em Psicologia, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5137/513754276012.pdf>. Acesso em: 04 set. 2023.

SANTANA, Mariana de P. F. **Racismo em perspectiva histórica, sua constância e consequências para a criança negra**. 2017. 52 f. TCC (Graduação) - Curso de Pedagogia, Universidade Estadual de Campinas, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/Busca/Download?codigoArquivo=515000>. Acesso em: 14 fev. 2023.

SANTOS, Alessandro O.; SCHUCMAN, Lia V.; MARTINS, Hildeberto V. Breve histórico do pensamento psicológico brasileiro sobre relações étnico-raciais. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000500012>. Acesso em: 10 ago. 2023.

SANTOS, Gabrielle C. *et al.* Impacto do Racismo nas Vivências de Mulheres Negras Brasileiras: Um Estudo Fenomenológico. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003249674>. Acesso em: 26 ago. 2023.

SCHUCMAN, Lia V.; MARTINS, Hildeberto V. A Psicologia e o Discurso Racial sobre o Negro: do “Objeto da Ciência” ao Sujeito Político. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703130002017>. Acesso em: 05 set. 2023.

SILVA, Caroline D. da. **Racismo e a produção de estereótipos: impactos na subjetividade da criança negra no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/157613>. Acesso em: 18 fev. 2023.

SILVA, Khalil da C. **Normas sociais e expressões do racismo em crianças**. 2014. 168 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pós-Graduação e Pesquisa em Psicologia Social, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/5972>. Acesso em: 03 set. 2023.

SOARES, Marília C. **Relações raciais e subjetividade de crianças em uma escola particular de Salvador**. 2011. 146f. Dissertação - Programa Multidisciplinar de Pós-

Graduação em Estudos Étnicos e Africanos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/14322>. Acesso em: 15 fev. 2023.

SOUZA, Marcela T. de; SILVA, Michelly D. da; CARVALHO, Rachel de. **Revisão integrativa: o que é e como fazer**. São Paulo: Einstein, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1679-45082010RW1134>. Acesso em: 03 set. 2023.

SOUZA, Neusa S. **Tornar-se negro: as vicissitudes de identidade do negro brasileiro em ascensão social**. 2^a ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.